

**POLÍTICA**  
ALÉM DA NOTÍCIA

**Moreira, caso raro**

Na maioria dos casos, os governadores preferiram uma atuação mais bombástica, voltada para a cena nacional, sugerindo ainda permanecerem nos palanques iluminados pela ampla vitória do PMDB. Outros, porém, preferem a linha de montagem política interna, de modo a organizar a administração, e consolidar a maioria política de que dispõem nas assembleias, e entre esses está o governador Moreira Franco, do Rio, que mostra flexibilidade na armação de seu Governo, mas que não descarta de sua liderança a ponto de contestar posições de rebeldia assumidas pelo senador Nelson Carneiro.

Para preservar sua iniciativa política sobre as forças que o apoiaram, Moreira Franco não mais concordou com a permanência do deputado Paulo Ramos da coordenação da bancada federal do PMDB na Constituinte, em razão da criação de um espaço político autônomo, em torno do senador Nelson Carneiro, que passava ao largo das consultas ao Palácio Guanabara.

Inicialmente, o deputado Paulo Ramos havia sido apoiado e estimulado na sua coordenação da bancada pelo próprio Governador, que assim reafirmava compromissos de campanha. Mas ao perceber o risco de erosão de sua autoridade, os proceres que lhe são fiéis encaminharam aos líderes Mário Covas e Luiz Henrique a destituição do parlamentar nequista. A coordenação passa a ser de um deputado federal da primeira hora da candidatura Moreira Franco.

Apesar dessa dureza de atitude, o governador manterá sempre uma porta aberta ao senador, e procurará não interromper uma linha de diálogo com o antigo líder do PTB no Senado. O senador, experiente político, estaria insistindo na indicação, tanto para o governo do Rio de Janeiro, como para o federal, de quadros partidários que não atendem aos pré-requisitos fundamentais para os cargos técnicos, e esses candidatos cultuam valores até aqui ausentes da biografia do experimentado parlamentar carioca.

Moreira Franco, já descedido dos palanques, procura organizar a casa que encontrou desarrumada. Fez acordo com o funcionalismo à base da retirada do gatilho salarial e consolidou uma sólida e folgada maioria na Assembleia Legislativa. Outros colegas de governos estaduais, por sua vez, lutam ainda para pagar a primeira folha dos funcionários.

**UM MINISTÉRIO PARA O RIO**

Um dos nomes da bancada federal do PMDB do Rio deverá ser indicado pelo governador Moreira Franco para o ministério, provavelmente MDU. Como na bancada federal há apenas três deputados independentes da orientação moreirista — Gustavo Faria, Miro Teixeira e Artur da Távola — o indicado poderá vir a ser um dos mais leais ao Governador, o deputado Aluizio Teixeira, que é engenheiro.

**CAMILO NA LINHA DE AGUA**

A situação do presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, não é sorridente. Para seu lugar já se fala abertamente no nome do atual ministro José Hugo Castelo Branco.

LEONARDO MOTA NETO

**Vento para Ulysses**

Sarney está convencido de que, neste momento, é indispensável prestigiar Ulysses Guimarães para evitar seu enfraquecimento ainda maior. O Governo está certo de que a eleição de Mário Covas enfraquece a posição, antes inconstrutível, que o político paulista tinha dentro de seu partido.

Como existe a consciência de que Ulysses exercita um movimento constantemente pendular entre a direita e a esquerda do partido, dependendo da força dos ventos ideológicos a cada momento, o Palácio do Planalto sente que não lhe resta outra alternativa senão ajudar a segurar a posição do presidente do PMDB.

Nas conversas que manteve com alguns parlamentares de sua confiança nas últimas horas, o Presidente da República não apenas repisou a necessidade de um pronunciamento das forças que o apóiam a respeito de seu próprio mandato, como sugeriu que o PMDB, como partido hegemônico, se encarregue de tranquilizar a Nação anunciando quais as linhas gerais de seu projeto de Constituição.

Seus interlocutores manifestaram descrença nessa hipótese, lembrando a Sarney que os parlamentares estarão, a partir desta semana, inteiramente absorvidos pelas tarefas impostas nas diferentes comissões de que fazem parte, sendo improvável que viessem a tratar de algo tão complicado de apurar em um partido de composição considerada heterogênea.

Quanto à posição de Ulysses, o próprio líder do Governo, de cuja existência não toma conhecimento o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, já comunicou a ele que está preparado para ajudá-lo, em qualquer circunstância. O enfraquecimento de Ulysses já foi sentido até mesmo pelos repórteres, que o encontram, agora, com muito mais facilidade.

Se o Presidente está ansioso por conhecer a posição do PMDB quanto às linhas essenciais da nova Carta Constitucional, isso revela que ele já abandonou o antigo projeto de aglutinar parlamentares que tenham posição coincidente com a do Governo, dividindo o PMDB.

Esse projeto é coisa do passado — garante-nos um dos seus mais constantes confidentes. Essas são, no momento, as preocupações do político José Sarney, que confessa não ter condições senão de exercer o comando da administração, uma vez que não pode atuar com desembaraço na coordenação política em face da posição ciosa de Ulysses, sempre muito penetrado na defesa do território sob sua ampla jurisdição e autoridade.

Nesse território tão vasto quanto ambíguo, há preocupações com o momento nacional, principalmente com o notório poder explosivo da crise econômica. O senador Jutahy Magalhães, um político de reconhecido equilíbrio, mostra-se inquieto com a devastação provocada pela crise, revelando que as grandes empresas construtoras da Bahia, vencidas pela exacerbação dos juros, já falam em concordata coletiva.

Jutahy sustenta que o PMDB não pode ficar indiferente à crise, devendo tratar de formular urgentemente uma política econômica e social com que se apresente ao Governo. Este seria o preço do apoio e da participação solidária no Governo. Caso o Governo não aceite essa política, caberia ao partido romper politicamente para ocupar o espaço que lhe resta — ou seja, a oposição.

TARCISIO HOLANDA

**Comissões que farão a Carta estão compostas**

Depois de intensas negociações que envolveram todas as lideranças partidárias, não respeitaram madrugadas nem finais de semana e provocaram muitas disputas, finalmente os partidos formalizaram ontem à Mesa da Constituinte as indicações para as comissões e subcomissões constitucionais.

A leitura dos membros das comissões e subcomissões constitucionais será feita hoje à tarde, na sessão da Constituinte, pelo deputado Ulysses Guimarães. Amanhã pela manhã, os grupos se reúnem pela primeira vez para eleger um presidente e dois vice-presidentes cada. Também serão designados os relatores.

**Sistema Tributário, Orçamento e Finanças**

PMDB — Affonso Camargo, Ailton Sandoval, Basílio Villani, Carlos Alberto de Carli, Carrel Benevides, Cid Carvalho, Darcy Deltois, Domingos Juvenil, Felipe Chelidde, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Firmo de Castro, Geraldo Fleming, Harian Gadelha, Irajá Rodrigues, Gerson Camata, Ivo Vanderline, João Carlos Bacelar, João Natal, José Carlos Vasconcelos, José Guedes, José Serra, Jovanni Masini, Jutahy Magalhães, Lézio Stahler, Mauro Campos, Naphthal Alves, Nion Albernaz, Osmundo Rebouças, Rose de Freitas, Sérgio Spada, Sérgio Werneck, Walmore de Luca, Wilson Campos.

PFL — Jesus Tajra, Benito Gama, Flávio Rocha, Francisco Dornelles, Furtado Leite, Messias Góis, João Alves, José Tinoco, José Mendonça, Mussa Demes, João Machado Rollemberg, Pedro Ceolin, Luiz Marques, Ivan Bonato, Divaldo Suruagy. PDT — Adhemar de Barros, Feres Nader, Adroaldo Streck. PT — Virgílio Guimarães, Luiz Gusniken. PDC — José Maria Eymael. PL — José Luiz de Sá. PDS — Ruberval Piloto, José Luiz Maia, Carlos Virgílio, João Castelo. PTB — Fábio Raunhetti, Roberto Villar Torres.

**Soberania e Direitos do Homem e da Mulher**

PMDB — Abigail Feitosa, Aécio Neves, Aluizio Bezerra, Anna Maria Raites, Antônio Câmara, Antônio Mariz, Djenal Gonçalves, Fábio Gonçalves, Fábio Lucena, Geraldo Buihães, Humberto Lucena, Gonzaga Patriota, João Herrmann, João Rezek, Joaquim Haickel, José Paulo Bisol, José Viana, Luiz Viana Neto, Maguito Vilela, Maurício Nasser, Maurício Ferreira Lima, Mendes Canale, Milton Barbosa, Milton Lima, Paulo Macarini, Raúl Belem, Samir Achôa, Manuel Viana, Ziza Valadares.

PFL — Mário Assad, Ezio Ferreira, Jessé Freire, Alêrico Cordeiro, Homero Santos, Costa Ferreira, Lúcia Brga, Orlando Pacheco, Vinícius Cansancão, Antônio Ferreira, Jonival Lucas, Jairo Azi, Victor Trovão, Odacir Soares, João Menezes. PDT — Roberto D'Ávila, Lysáneas Maciel, José Fernandes. PT — João Paulo, Eduardo Jorge.

PL — José Carlos Coutinho. PDS — Ubiratan Spinnell, Narciso Mendes, Darcy Pozza, Adauto Pereira. PTB — Dirce Quadros, Jaime Pallarín.

**Organização Eleitoral e Garantia das Instituições**

PMDB — Antero de Barros, Antônio Brito, Arnaldo Moraes, Carlos Benevides, Euclides Scaico, Fausto Fernandes, Francisco Sales, Heráclito Fortes, Irapuan Costa Junior, Iran Saraiva, João Agripino, Asdrubal Bentes, José Melo, José Tavares, Lello Souza, Luiz Soyer, Mário Covas, Mário de Oliveira, Olavo Pires, Prisco Viana, Raimundo Lira, Ralph Biasi, Roberto Brant, Robson Marinho, Ronaldo César Coelho, Rospide Netto, Ruy Nedel, Waldir Pugliese, Dasso Colmbra. PFL — Simão Sessim, Evaldo Gonçalves, Ricardo Fluzza, José Camargo, Salde Hauché, Saulo Queiroz, Etevaldo Nogueira, Maurício Campos, Sarney Filho, Ricardo Izar, Dionísio Hage, Jayme Santana, Alair Ferreira, Nivaldo Machado, José Agripino. PDT — Ailton Cordeiro, César Mala. PT — Paulo Delgado, José Genolno. PDC — Paulo Roberto Cunha. PDS — Artenur Werner, Teirno Kist, Vieira da Silva, Jarbas Passarinho. PTB — Francisco Rossi, Ottomar de Souza Pinto.

**Família, Comunicação, Ciência e Tecnologia**

PMDB — Aloisio Vasconcelos, Antônio de Jesus, Antônio Gaspar, Ar-



Covas e Lourenço. Enfim, próximos de um difícil acordo

**Organização do Estado**

PMDB — Alexandre Puzyna, Amílcar Moreira, José Maranhão, Chagas Rodrigues, Del Bosco Amaral, Denisar Arnelo, Fernando Gomes, Fernando Velasco, Francisco Carneiro, Geraldo Melo, Hilário Braun, Ivo Cersósimo, José Dutra, José Rícha, Luiz Alberto Rodrigues, Luiz Freire, Mário Bouchardet, Maurício Fret, Mauro Miranda, Meira Filho, Messias Soares, Nabor Júnior, Nestor Duarte, Paes de Andrade, Paulo Mincarone, Paulo Roberto, Renato Bernardi, Roberto Rollemberg, Ronaldo Carvalho, Ruben Figueiro Ruy Bacelar, Sigmaringa Seixas, Wilson Souza, Wagner Lago. PFL — Aloysio Chaves, Aníbal Barcellos, Chagas Duarte, Eliezer Moreira, Eraldo Trindade, Geovani Borges, Jofran Frejat, José Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Brito, Valmir Campelo, Valdeck Ornelas, José Thomaz Nonô, Guilherme Palmeira, João Lobo. PDT — Mário Mala, Edeleto Frias. PT — Vitor Buazy. PDC — Siqueira Campos. PDS — Davi Alves Silva, Mello Reis, Lavoisier Mala, Felipe Mendes. PTB — Mariuce Moreira Pinto.

**Ordem Econômica**

PMDB — Albano Franco, Antônio Carlos Franco, Benedito Monteiro, Cardoso Alves, Dirceu Carneiro, Expedito Júnior, Gabriel Guerreiro, Gerson Marcondes, Gidel Dantas, Gil César, Gustavo de Faria, Hélio Duque, Ismael Wanderlei, Ivo Malnardi, Jorge Vianna, José Ulysses de Oliveira, Lúcia Vânia, Luis Roberto Ponte, Márcio Lacerda, Marcos Lima, Nyder Barbosa, Osvaldo Lima Filho, Paulo Zarzur, Percival Muniz, Rachid Saldanha Derzi, Raquel Capiberibe, Renato Johnson, Rosa Patra, Santinho Furtado, Severo Gomes, Valter Pereira, Vicente Bogo e Virgíldio do Sena. PFL — Alysso Paulinelli, Antônio Ueno, Jalles Pontoura, Assis Canuto, Joaquim Francisco, Jonas Pinheiro, José Lins, Lael Varella, Manoel Castro, Gilson Machado, Gandi Jamil, Raquel Cândido, Rubem Medina, Victor Fontana e Edison Lobão. PDT — Luiz Salomão, Noel Carvalho e Amaury Müller. PT — Irma Passoni e Vladimir Palmeira. PDC — Mauro Borges. PCB — Fernando Santana. PC do B — Aldo Arantes. PSB — Beth Azize. PL — Afif Domingos. PDS — Roberto Campos, Delfim Netto, Myrian Portella e Virgílio Galassi. PTB — José Egreja e Roberto Jefferson.

**Ordem Social**

PMDB — Alairico Abib, Almir Gabriel, Borges da Silveira, Bosco França, Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Célio de Castro, Domingos Leonelli, Doretto Campanari, Edivaldo Motta, Eduardo Moreira, Fábio Feldmann, Francisco Kuster, Francisco Rollemberg, Geraldo Alkmin, Geraldo Campos, Hélio Costa, Ivo Lech, Joaquim Sucena, Jorge Uqued, José Carlos Sabóia, Júlio Costantini, Mansueto de Lavor, Mário Lima, Mattos Leão, Mauro Sampaio, Max Rosenmann, Raimundo Rezende, Renan Calheiros, Ronaldo Aragão, Ronan Tito, Teotônio Vilela Filho e Vasco Alves. PFL — Francisco Coelho, Aiceni Guerra, Dionísio Dal Prá, Edme Tavares, Jacy Scanagatta, Erico Pegararo, João da Mata, Maria de Lourdes Abadia, Orlando Bezerra, Salliel Carvalho, Stélio Dias, Júlio Campos, Osmar Leitão, Levy Dias e Lourival Batista. PDT — Juarez Antunes, Florisceno Paixão e Nelson Seixas. PT — Paulo Palm. PC do B — Lidice da Mata. PL — Osvaldo Almeida. PDS — Cunha Bueno, Wilma Mala, Osvaldo Bender e Adilson Motta. PTB — José Elias Murad e Mendes Boteho.

**Ordem Social**

PMDB — Alairico Abib, Almir Gabriel, Borges da Silveira, Bosco França, Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Célio de Castro, Domingos Leonelli, Doretto Campanari, Edivaldo Motta, Eduardo Moreira, Fábio Feldmann, Francisco Kuster, Francisco Rollemberg, Geraldo Alkmin, Geraldo Campos, Hélio Costa, Ivo Lech, Joaquim Sucena, Jorge Uqued, José Carlos Sabóia, Júlio Costantini, Mansueto de Lavor, Mário Lima, Mattos Leão, Mauro Sampaio, Max Rosenmann, Raimundo Rezende, Renan Calheiros, Ronaldo Aragão, Ronan Tito, Teotônio Vilela Filho e Vasco Alves. PFL — Francisco Coelho, Aiceni Guerra, Dionísio Dal Prá, Edme Tavares, Jacy Scanagatta, Erico Pegararo, João da Mata, Maria de Lourdes Abadia, Orlando Bezerra, Salliel Carvalho, Stélio Dias, Júlio Campos, Osmar Leitão, Levy Dias e Lourival Batista. PDT — Juarez Antunes, Florisceno Paixão e Nelson Seixas. PT — Paulo Palm. PC do B — Lidice da Mata. PL — Osvaldo Almeida. PDS — Cunha Bueno, Wilma Mala, Osvaldo Bender e Adilson Motta. PTB — José Elias Murad e Mendes Boteho.

**Só faltam relatores e presidentes**

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), propôs ontem ao líder do PMDB, na senador Mário Covas (SP), que a Frente Liberal faça os presidentes de sete comissões temáticas e o vice-presidente da oitava, ficando o PMDB com os relatores. O PFL sugeriu ainda ter cinco relatores de subcomissões. Segundo Lourenço, Covas irá conversar sobre a proposta com o seu partido, mas manifestou-se inclinado a observar rigidamente a proporcionalidade, que garante ao PFL dois presidentes e dois relatores de comissões, e seis relatores de subcomissões. Hoje, os líderes voltam a se reunir para um entendimento em torno desta nova disputa por cargos. Qualquer acordo entre as lideranças poderá ser rejeitado pelos constituintes na eleição dos presidentes e vice-presidentes, e na designação dos relatores, que será realizada a

partir de amanhã. Ontem o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) disse que poderá haver rebeldia das bases no interior das comissões e subcomissões. Setores do PMDB estão considerando a hipótese de grupos mais conservadores se unirem para, respeitando a proporcionalidade, colocarem nos cargos outros nomes que não os definidos previamente. As eleições serão realizadas em horários diferentes, segundo um deputado do PMDB, para que isso possa ser controlado: no primeiro acordo desrespeitado, esses setores deixarão de cumprir os entendimentos nas demais votações. No encontro com Covas, Lourenço disse que defendeu a necessidade de o PFL ficar com sete presidentes para que não se quebre a tradição de o presidente e o relator serem de partidos diferentes. Segundo ele, respeitada a proporcionalidade, o PMDB teria o presidente e o relator de qua-

tro comissões. A proposta do PFL de o PMDB fazer todos os relatores não é bem vista pelo líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP). O senador Covas disse que a conversa foi "exploratória", que nada há de conclusivo, e que tudo pode ser negociado, inclusive uma troca entre o PMDB e o PFL dos cargos que lhes cabem. O PMDB tem direito a vagas de ou relator nas comissões temáticas, e as nove vagas de vice-presidente ou relator nas subcomissões. Além dos dois partidos, só o PDS tem direito a uma presidência. Ontem à noite, Covas iria "montar o quadro" dos 132 cargos em disputa: nove presidentes, nove relatores, nove 1º vice-presidentes e nove 2º vice-presidentes das comissões temáticas e da Sistematização, e 24 presidentes, 1º e 2º vices e relatores das subcomissões.

**A última esperança**

CASSIO CUNHA LIMA\*

A sociedade civil brasileira vem sofrendo um contínuo processo de desencantos e decepções. A rejeição, pelo Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira, que regulamentava as eleições diretas a partir de 84, foi o início desse processo, que se seguiu com a morte de Tancredo Neves, catalisador maior das esperanças populares do País, passando, posteriormente, pelo fracasso do Plano Cruzado, em sua filosofia inicial.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte, reclamo primeiro dos democratas na busca por um novo Estado de direito, transformou-se em mais uma esperança para o nosso povo. E, efetivamente, criou-se em quase todo o País um clima de profunda crença em torno do Congresso Constituinte. A sociedade, em maior ou menor escala, passou a discutir temas constitucionais, na busca por participação. Erroreamente, mostrou-se uma Constituinte salvadora.

Dai, a imensa responsabilidade que todos os constituintes têm perante o nosso povo: elaborar uma Constituição que não frustre, mais uma vez, o desejo de mudança na fisionomia de cada brasileiro. O fracasso do Congresso Constituinte representará não apenas mais uma desilusão na vida da nossa gente, mas estará sendo aberta uma grande lacuna no processo de organização da nossa sociedade, que passará a ser, na sua imensa maioria, cética.

Assim sendo, não podemos errar. Não podemos falhar. Está nos corredores do Congresso Nacional, circulando, despercebida por muitos, a última e grande esperança do País. E poderia se perguntar: o que, efetivamente, espera o povo de uma nova Constituição?

Todos sabem da difícil e complexa situação econômica por que passa o País. Crise, que ao mesmo tempo, se agrava quando analisamos o quadro social da Nação: a grande maioria da população vivendo em estado de miséria absoluta, desemprego, alta taxa de mortalidade infantil, má distribuição de renda, subnutrição. E é o encaminhamento da solução definitiva desses problemas que a sociedade espera, através de um novo ordenamento jurídico.

Portanto, cumpre-nos elaborar uma nova Lei maior, que viabilize o nosso País para a justiça social e para o progresso ordenado do nosso povo. Precisamos, prepará-lo para a chegada do ano 2000.

Uma Constituição com cunho eminentemente social, que vise a garantir ao cidadão, individual e coletivamente, os direitos elementares à sobrevivência com o mínimo de dignidade. Não se pode correr o risco de se elaborar um texto conjuntural, face a difícil crise da qual já nos reportamos, quando, na verdade, necessitamos tratar das soluções dos problemas estruturais do País.

A garantia à educação plena, à saúde, ao trabalho para todos, à moradia condigna, ao salário justo, à terra para trabalhar, são as exigências básicas e inegociáveis da sociedade.

Está chegando a hora da verdade. Passaremos dentro de poucos dias para a discussão dos temas e propostas constitucionais. Sabemos diferenciar todos aqueles que chegaram à Assembleia Nacional Constituinte comprometidos com as mudanças, daqueles que vieram apenas defender interesses menores de grupos políticos ou econômicos. Chegamos à Constituinte através da forma legítima: o voto popular. Todos assumimos compromissos. Assim, devemos honrá-los. Desta forma, como garantir a elaboração de uma Carta Magna que produza efeito na conquista dos direitos individuais e sociais? Como tornar realidade esta esperança? Como conseguir chegar do ideal para o real?

A sociedade civil organizada assume um papel preponderante neste processo de conquistas. Só através da mobilização popular é que poderemos alcançar uma Constituição progressiva e democrática, que possua plena eficácia. Por outro lado, o povo já deu demonstração de força, de sua vontade de mudar.

Precisamos, novamente, trazer o povo às praças públicas, não para decepção, mas para que, através da pressão — forma legítima de reivindicação —, possamos concretizar nossos anseios.

A última esperança dos brasileiros está na Assembleia Nacional Constituinte. Na confiança que recebemos do povo em representá-lo e de lutar pelos seus direitos, reside o processo de organização social do nosso povo.

\*Deputado Federal pelo PMDB da Paraíba

**Valmir propõe diretas para o Buriti em 88**

O deputado Valmir Campelo (PFL-DF) encaminha hoje à Mesa da Constituinte uma proposta determinando que sejam realizadas eleições para governador, vice-governador e para Assembleia Legislativa no Distrito Federal no dia 15 de novembro de 1988. Trata-se da primeira iniciativa concreta nesse sentido.

Os eleitos, segundo a proposta, tomariam posse no dia primeiro de fevereiro de 1989 e teriam mandato de quatro anos. Valmir Campelo sugere que o governador e o vice-governador sejam escolhidos entre cidadãos brasileiros, maiores de 35 anos e no exercício pleno dos direitos políticos. Assim, embora não afirme, ele próprio estaria em condição de candidatar-se. Pela proposta, o número de deputados da assembleia legislativa corresponderá ao triplo da representação do Distrito Federal na Câmara dos Deputados. Hoje, se o projeto fosse aprovado e incorporado à nova Constitui-

ção, seriam eleitos 24 deputados estaduais. Na justificativa que se segue anexa a proposta, Valmir Campelo cita que a representação política do Distrito Federal na Câmara e no Senado, conquistada em 1985, através de emenda constitucional, "constituiu uma grande vitória dos brasileiros, após árdua luta, que se arrastou desde a inauguração da Capital". Campelo sustenta que "é imperativo no momento histórico que estamos a viver no Brasil, conferir ao eleitor brasileiro o direito de eleger seus governantes". Para o deputado, o voto não pode ficar restrito às eleições de representantes no Congresso Nacional. "Terá que ser exercido em toda sua plenitude", defende. Encerrando a justificativa, Valmir Campelo lembra que em nações democráticas não pode ser admitida a figura do governante nomeado. "Nada, portanto, justifica a nomeação do Governador do Distrito Federal", garante.

**Amanhã, comissão da dívida começa agir**

O Senado constitui amanhã a comissão especial que vai examinar a dívida externa e os motivos que levaram o Governo a suspender o pagamento de juros. Os nove integrantes, indicados ontem (segunda) pelas lideranças partidárias, terão o prazo de 90 dias para concluir os trabalhos. Quatro líderes vão participar da comissão: Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Carlos Chiarelli (PFL), Jarbas Passarinho (PDS) e Maurício Corrêa (PDT). A primeira reunião — provavelmente na quinta-feira — vai indicar o presidente e o relator, cujos nomes vão ser definidos através de acordos entre as lideranças. O senador José Ignacio Ferreira (ES), um dos cinco integrantes do PMDB, quer presidir a comissão, mas esbarra no regimento interno — ele é 1º vice-presidente do Senado e não pode acumular os cargos. Deve ficar como relator. Carlos Chiarelli é o virtual presidente. O líder do PFL quer convidar, para visitas ao Brasil e depoimentos à comissão, lideranças políticas dos países credores, a fim de influenciar. "A idéia é criar o clima de que o problema hoje é nosso, dos credores; amanhã também vai ser deles, credores", explica Chiarelli o objetivo político da comissão.